

Da Guiné a Timor: nuvens e tempestades

Profissionalmente, ou seja, enquanto historiador da moderna colonização portuguesa e bibliógrafo de certos Estados e territórios que dela saíram, agradam-nos cinco tipos de portugueses: (1) os geógrafos tropicalistas — em bloco, mortos ou vivos; (2) os jornalistas que viajam pelas ex-colónias para relatarem o que ali se passa sem propósitos propagandísticos; (3) os alfarrabistas que aquiescem em enviar os seus catálogos de livros ultramarinos ou que respondem às cartas (uma espécie extremamente rara); (4) os colecionadores de «Ultramarina» com mais de 2000 obras — só conhecemos um, mas esconde-se e insiste em não nos escrever; (5) os historiadores que deixam o infante D. Henrique repousar em paz, admitindo que ainda há uma vida depois do século XVIII, e que não se deixam devorar pela inveja entre confrarias (uma espécie ainda mais rara do que a invocada no ponto 3 acima).

Todos juntos não são muitos, mas estamos convencidos de que, entre os leitores desta crónica, vários dos que figuram nas últimas três categorias citadas se *empenharão afincadamente* em dar-se a conhecer, escrevendo-nos para nos dizerem que somos demasiado restritivos no cômputo que fornecemos e que também eles gostam de livros sobre «o antigo ultramar», que, aliás, possuem e exploram mais do que nós imaginamos. Queira Deus que assim seja, mas enquanto não nos chega essa «avalancha» de cartas, gostaríamos de chamar a atenção para vários textos recentes que talvez mereçam o seu interesse. Que fiquem, no entanto, desde já cientes de que, com as duas dezenas de títulos que referimos em seguida, nos limitamos a aflorar o assunto. Sejamos realistas. Quantos livros sobre os PALOP, Timor, a Índia, Macau aparecem anualmente em todo o mundo? Não existe um recenseamento rigoroso, mas recentemente avaliámo-los em 70 a 120 no que respeita a outras línguas sem ser o português. Quanto mais avançamos, mais nos apercebemos de como estamos muito aquém da realidade. Se se incluir o português, os livros novos serão, *todos os anos*, bastante mais de 250, alguns dos quais não chegam ao

conhecimento dos bibliógrafos centralizadores senão depois das edições esgotadas. Falamos por experiência própria. A bibliografia é uma escola de modéstia que os historiadores que pensam tudo saber deveriam ser obrigados a frequentar. Contentemo-nos, pois, com lucidez, em cumprir mais uma ínfima parte da enorme tarefa que temos pela frente.

Memories of Portugal's African Wars, 1961-74, publicado sob a direcção de John P. Cann¹, é a recolha das comunicações apresentadas numa conferência do King's College de Londres, noutros tempos elevado a pináculo dos estudos luso-imperiais pelo ilustre C. R. Boxer. Nele nos confrontamos com seis oficiais superiores portugueses, um professor universitário, um embaixador e um jornalista (daqueles que nos agradam), todos com a mesma nacionalidade, que se esforçam, uns mais, outros menos, por dizer que, não senhor, em 1974 a guerra colonial não estava assim tão desesperadamente perdida. A este respeito, cada um tem a sua opinião. Quanto ao bibliógrafo, esse cumpre a sua função ao sublinhar a importância deste livro em virtude das numerosas informações nele contidas. Citaremos, para este fim, o capítulo sobre os serviços de informações (a p. 16 o seu autor confirma que tinha sido celebrado um acordo, *a gentleman's agreement*, entre Savimbi e os Portugueses e acrescenta: «Between 1970 and 1973 UNITA ceased to fight our forces.» Uma informação tanto mais importante quanto é veiculada por um general português). O capítulo «Angola, a military victory» revela que nos anos 70 os movimentos nacionalistas armados contavam com 17 000 membros, dos quais 7545 (reparem na precisão, tratando-se de um período que se estende de 1970 a 1974!) eram guerrilheiros; 38% da superfície de Angola e 17% da sua população estavam envolvidos; 310 000 pessoas tinham sido deslocadas. Este número deixa de fora os 415 000 refugiados como tal recenseados pela ONU ou os 600 000 de acordo com as nossas estimativas, que incluíam os que nasceram no exílio. É certo que estes autores não se deram ao trabalho de conhecerem a abundante literatura estrangeira que poderia contrariar as suas conclusões, ou, quem sabe, confirmá-las, como o nosso *Naufraque des caravelles*², que, números à vista, mostra que apenas cerca de 2% da população em Angola eram «controlados» pelos insurrectos no final de 1970. A este capítulo angolano segue-se um outro sobre a Guiné, onde o autor, em vez de dizer que a situação era, do ponto de vista militar, muito má, prefere falar mais generalizadamente da

¹ John P. Cann (coord.), *Memories of Portugal's African Wars, 1961-1974. Proceedings of a Conference, King's College, London, 10 June 1997*, Marine Corps University Foundation, Quantico, VA 22134, Estados Unidos, 1998, x + 144 páginas, «Contributions to War Studies», n.º 1.

² René Pélissier, *Le naufrage des caravelles. Études sur la fin de l'empire portugais (1961-1975)*, Editions Pélissier, 78630 Orgeval, França, 1979, 297 páginas, «Collection Ibero-Africana», n.º 3.

política sócio-económica e das conversações com o PAIGC. A secção moçambicana, que se esforça por introduzir uma comparação entre os Vátua (Ngoni) de Gungunhana e os Maconde e Ajaua (Yao) da Frelimo, deixará alguns historiadores cépticos. Em contrapartida, o capítulo sobre a aviação portuguesa está repleto de dados que dificilmente se encontram noutras obras. Em resumo, percebe-se claramente aonde os autores querem chegar: reabilitar o papel das forças armadas, fazer recair sobre os marxistas a responsabilidade pelos levantamentos e pelo fracasso da descolonização, acusar de incapaz o poder civil de então. Exemplo: «The army fulfilled its role in giving the politicians time to solve their problems. Politically Lisbon was unable to do so. Why? Even 24 years afterwards I cannot give you a good answer. I still believe that the political will of the Portuguese people that sustained their nation throughout the African campaigns was undermined from within» (p. 137). A música é conhecida. O culpado é o outro, se possível, um estrangeiro. Mas o que andaram a fazer todos estes oficiais superiores, estrategistas eminentes, para não se darem conta de que os seus oficiais subalternos estavam cansados, que a nação queria um ponto final nestas guerras moles onde, se é verdade que se morria pouco, se perdia tempo em desespero e rotina? E sobretudo convém que não se esqueçam de que foi no seu seio — primeiro militar e depois colonial — que a guerra foi perdida. Pode sempre epilogar-se sobre as causas, mas os factos estão aí. Foi um exército, colonial pela força das circunstâncias, que pôs fim ao império. E isto ficará como um facto inédito nos anais da descolonização europeia. Há os que se regozijam com isso, outros nem por isso. Um último ponto. Todos sabemos que os números respeitantes a massacres estão sempre sujeitos a caução. Mas falar de 600, 800, 1000 portugueses brancos mortos nos dias que se seguiram imediatamente ao 14 de Março de 1961 em Angola precisa de outras provas, para além de se dizer «based on secret military documents» (p. 139). No que nos³ diz respeito, depois de anos passados a estudar a eclosão das revoltas em Angola, chegámos a valores muito inferiores. Aceitamos aumentá-los se nos mostrarem quer uma relação nominativa de todos os europeus que foram abatidos em Março de 1961 em Angola, quer um cômputo do número destas vítimas de massacre elaborado a partir dos valores registados por posto, por concelho ou por circunscrição, quer ainda uma combinação dos dois quadros. Afinal, onde é que está o exagero de se reclamar uma lista nominativa, ainda que elaborada na «confusão» de 1961? Mesmo em Angola, a administração sabia quem eram os brancos (e certos mestiços) que estavam instalados nas cidades, nas aldeias e no mato.

³ René Pélissier, *La colonie du Minotaure. Nationalismes et révoltes en Angola (1926-1961)*, Éditions Pélissier, 78630 Orgeval, França, 1978, 727 páginas, «Collection Ibero-Africana», n.º 2.

O mesmo já seria mais difícil para os «negros», mas falamos aqui de brancos, uma vez que foi o seu desaparecimento que accionou os contramassacres e a reacção de Salazar.

Em suma, estas *Memories*, sem perderem o seu valor documental, têm sobretudo valor político: depois de anos passados a pregar no deserto, o revisionismo levanta de novo cabeça. E fá-lo numa língua de difusão universal. Onde param os capitães de Abril, sem excepção? Chegou a sua vez de serem promovidos a generais? Seja como for, os intervenientes neste colóquio poderão talvez um dia figurar numa sexta categoria de portugueses de quem gostamos: a dos oficiais que aceitam ler os nossos livros de bibliografias comentadas⁴ para verem que, além dos seus relatórios classificados como confidenciais, existem outros meios de se conhecer a história do ultramar. Irão deparar com algumas surpresas — algumas até muito agradáveis, embora o sejam menos para os seus adversários na altura.

Continuemos então nas guerras africanas com um trabalho que era necessário, de tal forma a história colonial continua a ser uma actividade espartilhada pelo chauvinismo, pela falta de curiosidade ou pelas carências de documentação. Deixará de ter desculpa depois de *Wars of Imperial Conquest in Africa, 1830-1914*, de Bruce Vandervort⁵. O grande mérito do autor reside no facto de introduzir na literatura anglo-americana uma visão global do que foi a conquista dos territórios belgas, britânicos, franceses, alemães, italianos e portugueses. Escapa-nos, no entanto, a razão por que terá deixado na sombra os espanhóis em Marrocos. Mas tomemos os únicos portugueses que são examinados sob um prisma comparativo. Fá-lo com base, essencialmente, em alguns clássicos moçambicanistas (mais Teixeira Botelho) nos três volumes especializados do *extraordinarily prolific (sic)* (p. xiv) autor desta crónica e em António José Telo. É uma opção aceitável para um autor que não dispõe materialmente de tempo para entrar nos meandros da conquista portuguesa. O seu texto dirige-se, julgamos nós, a historiadores generalistas e não aos amantes nostálgicos das vitórias da raça branca sobre as hordas de selvagens (África austral). Estuda sumariamente os exércitos africanos pré-coloniais, as tropas coloniais e os seus oficiais, as armas utilizadas, enveredando em seguida por alguns exemplos de guerras com êxito do ponto de vista europeu ou então desastrosas (Isandlwana e Adoua/Adowa). As campanhas portuguesas de 1895-1902 em Moçambique

⁴ René Pélissier, *Africana. Bibliographies sur l'Afrique luso-hispanophone (1800-1980)*, 1982, 206 páginas, índice, e *Du Sahara à Timor. 700 livres analysés (1980-1990) sur l'Afrique et l'Insulinde ex-ibériques*, 1991, 350 páginas, «Collection Ibero-Africana», n.ºs 5 e 9.

⁵ Bruce Vandervort, *Wars of Imperial Conquest in Africa, 1830-1914*, UCL Press, Londres, 1998, xviii + 274 páginas.

ocupam as pp. 146-156, mas, infelizmente, o autor — quem sabe, esmagado pela abundância da matéria — não toca nas grandes campanhas de 1902, 1904 e 1907 no Centro e Sul de Angola. Assim sendo, ignora a maior derrota portuguesa registada num campo de batalha africano (desde o rei D. Sebastião), no Vau de Pembe (1904), contra os Cuamatos, bem como a vingança de Alves Roçadas, em 1907, e dezenas de outras campanhas portuguesas, anteriores e posteriores, na Guiné, em Angola e em Moçambique. Assim, se, por um lado, o autor revela conhecer relativamente bem a bibliografia sobre estes empreendimentos portugueses, por outro, o leitor comum não especializado, esse, não conhecerá as inúmeras peripécias da conquista portuguesa, que não acaba de facto senão em 1936, na Guiné, e em 1941, em Angola. A alternativa para esse grande público é remeter-se para textos portugueses pouco acessíveis fora de Portugal, ou em francês, igualmente pouco divulgados nos meios anglófonos. Vandervort perdeu aqui uma magnífica oportunidade de popularizar o que permanece reservado a uma minoria. O que não deixa de ser uma pena, pois bastavam mais 100 páginas e o seu livro teria alcançado plenamente este objectivo. De lamentar também que as especificidades da conquista portuguesa não tenham merecido uma atenção mais consistente, designadamente a frequente mediocridade do exército português na Guiné e em Moçambique (antes e, por vezes, até depois dos centuriões de 1895), compensada pelo recurso em massa aos auxiliares africanos. Foi aí que o génio português se revelou em toda a sua dimensão. E, se o comando de 1961 a 1974 tivesse procedido mais rapidamente à africanização maciça das suas tropas, talvez tivéssemos tido algumas surpresas. Mas é visível que nos anos 60 não reinava a confiança, ou tinha deixado de reinar. Este texto inclui uma boa bibliografia — comentada, o que é raro nas obras em inglês — para os neófitos. As gralhas, num assunto múltiplo como este, confinaram-se aos limites do tolerável. Em resumo, uma boa introdução a um fenómeno polimorfo, mas que moldou, por vezes indelivelmente, a colonização em África, numa altura em que a Europa procurava vitórias «fáceis» fora de um continente onde o preço, em homens, a pagar por elas se tinha tornado muito alto.

Num outro registo, embora sem abandonar o traumatismo que continua a afectar aqueles que um dia vamos ter de designar como geração de 1961-1974, o livro de Rui de Azevedo Teixeira⁶ *A Guerra Colonial e o Romance Português* é um texto de análise literária de oito romances inspirados pelos «acontecimentos» ocorridos a partir de 1961. Não temos, a este título, observações a fazer, a não ser que o autor se interessou por um fenómeno que já (1998) deu

⁶ Rui de Azevedo Teixeira, *A Guerra Colonial e o Romance Português. Agonia e Catarse*, Notícias Editorial, Lisboa, 1998, 386 páginas.

azo a mais de 130 romances, pelo menos. Mas faz anteceder a parte propriamente literária de uma centena de páginas sobre o contexto histórico, os teatros de operações e alguns outros desenvolvimentos que se prendem com o nosso objectivo. Digamos que as suas estatísticas nos suscitam, por vezes, dúvidas. Admitamos — os números relativos às perdas podem ser manipulados consoante os autores — os seus «mais de 10 000 mortos, cerca de 20 000 deficientes físicos e ainda, possivelmente, 140 000 neuróticos de guerra» (p. 88), mas aonde foi ele buscar que na batalha de La Lys os portugueses teriam sofrido 7425 mortos (p. 37)? É verdade que a sua tese foi defendida numa universidade alemã, mas até prova em contrário preferimos, pela nossa parte, os 2086 mortos registados em França — dos quais apenas 1310 em combate — pelas forças portuguesas (cf. *Portugal na Grande Guerra*, vol. 2, p. 127). Por outro lado, o autor parece convencido de que as guerras coloniais não tiveram repercussões literárias antes de 1961. É falso. A guerra de 1914-1918 em Moçambique deixou, inclusive, alguns testemunhos. Na ausência de boas bibliografias históricas luso-africanas, é possível afirmar-se seja o que for impunemente. O autor exhibe o seu anticolonialismo, mas exalta (pp. 48-49) o papel dos comandos, onde serviu como alferes (1973-1974). Talvez não seja incompatível. Seja como for, até aqueles que são alérgicos às discussões bizantinas dos professores de Literatura quando dissecam os pobres autores encontrarão neste livro ocasiões para aprenderem coisas novas, escondidas na ficção. Que melhor poderia pedir-se? Sem esquecer que gosta do *Nó Cego*, de Carlos Vale Ferraz. Nós também.

Vamos ser mais rápidos com o *Dicionário de Autores de Literaturas Africanas de Língua Portuguesa*, de Aldónio Gomes e Fernanda Cavacas⁷, mas não deixaremos de sublinhar a sua utilidade para os historiadores dos conflitos entre Portugal e as suas colónias, pois não se limita a abarcar os autores que tenham nascido ou vivido nas colónias, mas também outros que tiveram com elas laços mais efémeros (reportagens, experiências de militares no terreno, etc.). Em certos casos revela-se particularmente precioso. Várias entradas estão, contudo, sujeitas a caução, pois foram elaboradas — como parece — pelos próprios autores registados. A vaidade consegue, por vezes, causar grandes estragos. Outras parecem-nos pouco completas. Esquecer-se de citar *Moçambique* (1893) de António Enes é para nós incompreensível. Mas os compiladores redimem-se, informando que ele publicou *De Lisboa à Moçambique* (1902), livro que nenhuma bibliografia moçambicanista nossa conhecida menciona. É por estes pequenos pormenores que se consegue medir a cruel, a insuportável ausência de grandes bibliografias luso-africanas. Sentimo-nos felizes ao lermos que Savimbi é poeta, tal como Samora Machel. Mas não compreendemos por que razão os autores são citados por

⁷ Aldónio Gomes e Fernanda Cavacas, *Dicionário de Autores de Literaturas Africanas de Língua Portuguesa*, Caminho, Lisboa, 2.ª ed., 1998, 454 páginas.

ordem alfabética do(s) seu(s) primeiro(s) nome(s) no *corpus*, e pelo último apelido num dos índices. Estes são generosos. Em resumo: cerca de 1700 nomes, 150 antologias, um trabalho passível de ser melhorado, mas desde já indispensável e que abarca a actualidade. De recomendar, por conseguinte, ainda que certas datas sejam duvidosas, nomeadamente as de nascimento dos autores. Chegam a detectar-se erros de dez anos.

Deixemos para trás as generalidades e deslizemos de oeste para leste, começando pela Guiné e por um livro que nos dá prazer, quanto mais não fosse pelo seu subtítulo. Com a publicação de *Corte Geral*⁸, Carlos Lopes compensa-nos por alguns dos seus onze trabalhos precedentes. Para um funcionário cheio de afazeres, nascido apenas em 1960, doze livros querem dizer que uma parte não podia deixar de ser elaborada à pressa, tornando-se repetitiva. Neste caso, porém, trata-se de deliciosos apontamentos, pequenas crónicas da vida na Guiné portuguesa e, posteriormente, na Guiné-Bissau. Tanto quanto é possível apreender à distância, o leitor vai aprender aqui muito mais sobre a vida — muito difícil — do homem da rua do que nos enfadonhos tratados de sociologia subordinados ao tema da Guiné. É pitoresco, muitas vezes divertido, por vezes sarcástico (v. «A visita de Jack Kevorkian a Bissau»), mas sempre esclarecedor. Em vez de tomar como prioridade o desenvolvimento em países sempre doentes, o autor deveria brindar-nos mais vezes com livros de crónicas. Tem futuro literário, mesmo que isso possa não chegar para alimentar o homem. E, uma vez que estamos com uma Guiné lusógrafa — mas pouco lusófona —, uma crónica agri-doce e um burocrata das Nações Unidas, façamos a comparação com uma outra Guiné — agora muito hispanófona —, uma outra crónica redigida em catalão por outro burocrata (desta vez do Banco Mundial). *Cròniques de Guinea Equatorial*⁹, de Francesc Cabana, um perito que ali sobreviveu entre 1988 e 1992, não tem o humor de *Corte Geral*, mas o autor oferece-nos uma representação realista da sociedade local e dos expatriados (norte-coreanos, inúteis, incluídos) que residem na antiga colónia espanhola — a única — da África negra. Os lusófonos ficarão talvez felizes — ou chocados — por saberem o que o mundo pensa destas duas infelizes Guinés, fora dos salões diplomáticos. «This country is the worst place in Africa, along with Guinea Bissau», dizia recentemente um desses manitus internacionais que o Banco Mundial envia em missão aos países que perderam o norte (cf. Robert Klitgaard, *Tropical Gangsters*, Londres, 1991 p. 18).

Acrescentemos simplesmente que, até data recente (Junho de 1998), a Guiné-Bissau escapava ao clima de terror surdo que vitrifica a Guiné Equ-

⁸ Carlos Lopes, *Corte Geral. Deambulações no Surrealismo Guineense: Crónicas*, Caminho, Lisboa, 1997, 192 páginas.

⁹ Francesc Cabana, *Cròniques de Guinea Equatorial*, Edicions Proa, Diputació, 250, 08007 Barcelona, 1995, 126 páginas.

torial, tal como é possível apreendê-lo num *best-seller* americano cujo autor escolheu a parte continental (Rio Muni) para cenário de um romance de medicina de ficção. Tanto quanto nos é dado saber, apenas um romance estrangeiro, francês por sinal, tomou a Guiné-Bissau por teatro da narrativa, enquanto a Guiné Equatorial já o foi de pelo menos dois. No livro de Robin Cook, *Chromosome 6*¹⁰, a acção desenrola-se entre a morgue de Nova Iorque e Cogo, onde se fazem manipulações genéticas e transplantes de órgãos a partir de macacos, que se tornam «instantaneamente» humanóides híbridos. Cook escolheu bem o seu alvo: uma república de pesadelo, de que foi fazer o reconhecimento *in loco*. Um excelente livro, e, apesar das suas infelicidades, a Guiné do infante D. Henrique ainda não está em posição de atrair os argumentistas de filmes de horror que vieram farejar «the armpit of the world» (Klitgaard, *op. cit.*, p. 15).

Todavia, os acontecimentos de 1998 mostram-nos que as tensões na Guiné-Bissau não devem ser ignoradas, mesmo que tenham sido durante muito tempo mascaradas ou subestimadas nos relatórios dos peritos. Desde 1991, mas mais ainda em 1995, duas cooperantes veteranas dos PALOP davam o sinal de alarme perante o desequilíbrio entre a produção rural, o consumo nas cidades, as despesas do Estado, a miséria generalizada e a indiferença dos que beneficiavam da «volvocracia». Segundo elas, eram as mulheres quem, nas aldeias, suportava o peso da procura obsessiva de comida para alimentar a família. É possível lê-lo no capítulo que Rosemary E. Galli e Ursula Funk consagram ao «Structural adjustment and gender in Guinea-Bissau», incluído (pp. 13-30) em *Women Pay the Price*¹¹, um livro que acusa o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial de terem imposto um acréscimo de sofrimento ao Terceiro Mundo e, em primeiro lugar, às mulheres. Após a sua leitura, a vontade de sorrir é bem menor.

E em São Tomé? Vai tudo de vento em popa desde a independência? Já no tempo dos Portugueses a história tinha sido cruel para a maioria da população, como todos os leitores sabem ou deveriam saber. Desde então não temos a impressão de que o arquipélago tenha seguido pelo bom caminho, e bem podem todos os doutores de todas as universidades portuguesas escrever o que quiserem a este respeito — pela leitura da bibliografia apresentada no final da obra por Heitor Alberto Coelho Barras Romana¹², não se

¹⁰ Robin Cook, *Chromosome 6*, Berkley Books, 200 Madison Avenue, Nova Iorque, N. Y. 10016, 1998, viii + 460 páginas.

¹¹ Gloria T. Emeagwali (coord.), *Women Pay the Price. Structural Adjustment in Africa and the Caribbean*, Africa World Press, P. O. Box 1892, Trenton, NJ 08607, 1995, vii + 165 páginas.

¹² Heitor Alberto Coelho Barras Romana, *São Tomé e Príncipe. Elementos para Uma Análise Antropológica das Suas Vulnerabilidades e Potencialidades*, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Lisboa, 1996, 270 páginas.

pode propriamente dizer que assediem os editores com manuscritos sobre São Tomé — porque a recuperação, a qualquer nível, será impossível enquanto a população local continuar a rejeitar o trabalho manual e a esperar tudo da ajuda externa. *São Tomé e Príncipe* é uma obra que não nos fará esquecer o excelente, o único, Francisco Tenreiro de 1961 (*A Ilha de São Tomé*, Junta de Investigações do Ultramar), que nunca foi suplantado. Impressiona que o autor nem sequer cite, pelos vistos, a bibliografia temática de Caroline S. Shaw (*São Tomé and Príncipe*, Clio Press, Oxford, 1994, xxvi + 184 páginas), que lhe teria permitido tomar contacto com numerosos textos que desconhece. Não deixa de ser estranho, tratando-se de um livro científico, mas já temos lido pior. Este texto começa a ter interesse a partir da p. 91, onde, num vocabulário sócio-económico complicado, se visita a demografia, a economia, «os vectores de mudança para o desenvolvimento» (a cooperação e o turismo), a evolução política (pormenorizada e interessante), a sociedade são-tomense. Assim, o autor introduz elementos novos relativamente a Francisco Tenreiro, que, no seu tempo, não tinha, naturalmente, a liberdade de expressão necessária. Sentimo-nos felizes por verificarmos que, após uma longa letargia editorial, o Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas começa a editar textos «ultramarinós» como nos «bons velhos tempos». Fazemos votos para que prossiga e para que seja exigente com os seus autores. Os PALOP, já bastante doentes, precisam dos melhores doutores da faculdade. E não só de medicina. De todas as faculdades!

Em relação a Angola, começemos pelo que para nós é um enigma. Publicar em 1998 *A Colonização do Sul de Angola, 1485-1974*¹³ e difundir-lo por intermédio de um dos maiores editores portugueses, que conhece extremamente bem o público leitor local, é a prova de que existe um mercado para este género de livros. Um mercado muito mais vasto do que aquele que o nosso afastamento geográfico nos faria supor. O autor, F. Cerviño Padrão, é um antigo administrador colonial, casta que, ao contrário de numerosos especialistas estrangeiros, persistimos em não condenar em bloco. Havia, entre os funcionários, os canalhas, a quem movia a avidez, mas havia também homens de boa vontade, apóstolos do desenvolvimento, por vezes utopistas. O que ninguém pode determinar é a proporção de integridade e de honestidade no seio da corporação. Provavelmente, surpreenderia os que procederam à sua substituição depois da independência. Mas essa é outra «história», completamente diferente, e aquilo com que aqui deparamos — a acreditar no título — é um livro de história e é enquanto historiador que publicou algumas centenas de páginas sobre este tema que o lemos. O menos

¹³ F. Cerviño Padrão, *A Colonização do Sul de Angola, 1485-1974*, s. e., 1998, 305 páginas.

que pode dizer-se é que o livro nos rejuvenesce pelo menos uns quarenta anos. Julgar-se-ia estar a ler o capitão Sousa Dias, mas este, mesmo assim, não confundia os Cuamatos com os Cuanhamas. O autor diz ter recebido uma «prestimosa ajuda» dos directores de cinco arquivos e bibliotecas de Lisboa. Engodados, apressamo-nos a ir ver a bibliografia consultada, e aí nem queremos acreditar no que vemos. Será possível que tenha sido aconselhado por um bibliotecário? Estamos a pensar no insubstituível Sr. Alexandre, da Sociedade de Geografia de Lisboa, a providência dos jovens investigadores de outrora. Naturalmente que não é utilizado nenhum texto em alemão ou em afrikaans, pois não os há nas bibliotecas portuguesas. Mas também não se identifica nenhum livro em inglês ou em francês. Pior ainda: obras maiores de João de Almeida, de Alves Roçadas, de Pereira de Eça, de inúmeros outros autores portugueses, não são sequer exploradas num livro com mais de 100 páginas dedicadas às campanhas! Não faremos aqui qualquer referência bibliográfica com o propósito de reservarmos ao autor a alegria das descobertas tardias. Se se dispuser a um sólido investimento, até talvez venha ainda a encontrá-las num bom livreiro. O livro surpreende, pois, os especialistas. Mas de facto a culpa é deles, pois, na verdade, não se trata de história, mas antes de comentários sobre o passado e o que — na opinião do autor — deveria ter sido feito para evitar o fiasco. Posto isto, declara-se admirador de João de Almeida, de Paiva Couceiro, de Norton de Matos — nós também, no que toca a estes três — e, curiosamente, dos Boers de Angola, que, no entanto, terá conhecido bastante mal. Uma das suas sombras-negras é Salazar. Logo, não se trata necessariamente de um panfleto de um nostálgico do império, mas é um livro passadista, para leitores em cujas motivações gostaríamos de penetrar e cujas origens sociais e percurso intelectual gostaríamos de apreciar. Por aqui se vê como a bibliografia também pode ser uma actividade vital para os futurólogos.

Depois deste regresso à «historiografia» em moda nos anos «gloriosos» (1945-1960), refresquemos o leitor com um romance em francês de um médico angolano (talvez mukongo). O interesse do texto reside em fornecer elementos sobre manobras — um tanto obscuras — de soldados e mercenários da FNLA, não nos distritos do Noroeste, mas na Lunda diamantífera. As datas estão confusas, mas estar-se-á entre 1974 e alguns anos mais tarde. É evidente que a narrativa de Édilo Makélé¹⁴ no *Retour inespéré* se baseia em uma ou várias experiências dos angolanos exilados que, depois da independência, decidiram regressar a Angola. Aqui foram feitos prisioneiros pelo exército do MPLA, sendo-se então confrontado com uma descrição raríssima dos campos de detenção organizados pelo regime (gafarias a sul de Malange), depois do

«célebre» campo de Kinkuzu, montado por Holden Roberto nos tempos do seu «esplendor» zairense. Por vezes torna-se delirante (por exemplo, o herói endoudecido encontra a antiga noiva, ministra de Agostinho Neto, na tribuna onde o Presidente vai declarar aberto o Carnaval de 1979 em Luanda!). Muito provavelmente, Makélé leu e utilizou o nosso melhor livro sobre Angola, mas também aqui vamos abster-nos de indicarmos a referência para que o autor anterior possa medir a extensão dos conhecimentos dos livreiros de Lisboa. Esses conhecimentos são, regra geral, subestimados.

De um romance bastante patético, mas que reflecte a confusão de muitos angolanos no exílio ou no interior, passemos a um outro género: triunfalista e oficial, uma vez que se trata do testemunho de um embaixador angolano em Washington e, depois, em Lisboa. Os diplomatas, logo que se reformam, deixam de ter grande importância para os seus contemporâneos. Excepto para os seus juízes: os historiadores e, antes deles, os politólogos (às vezes). Os mais prudentes ou os mais preocupados em deixarem uma marca na História (com H maiúsculo) publicam as suas memórias e têm razão. José Patrício, com o seu *Angola-EUA*¹⁵, nem esperou pelo fim da carreira, ou sequer por chegar aos 50, para nos dar o seu testemunho. Pode, portanto, presumir-se que este antigo jornalista obteve do seu governo todas as autorizações necessárias antes de publicar o livro. Trata-se de um documento extraordinariamente valioso sobre as relações entre Angola e os Estados Unidos e, claro está, uma arma de guerra do MPLA contra a UNITA. Nele se recolhem numerosas indicações acerca do papel de um diplomata africano em Washington, onde abre, em 1993, a primeira embaixada de Angola. Escusado será lembrar que no duelo de morte travado entre um regime e o seu principal adversário cada leitor encontrará argumentos a favor ou contra. O historiador, que prefere um pouco mais de distanciamento, esse contenta-se em juntar este texto a uma pilha cada vez maior, se não mesmo perigosamente instável e ameaçadora, de outras obras. Não deixará, porém, de anotar (p. 263) que «os funcionários públicos fingem que trabalham e o Estado simula que paga salários». Até quando? Será que isto nos lembra alguma coisa?

E agora é a vez de um livro que poucos lusófonos terão prazer em ler. É um daqueles que surgem em rebanho para integrarem alguma colecção de editor anglo-americano. Regra geral, não se lhes pede nem originalidade nem investigações profundas. Tão-só um condensado daquilo que deveria saber-se nos cursos de Ciência Política e de Relações Internacionais. *Angola*, de Inge Tvedten¹⁶, reúne inúmeros elementos e lugares-comuns do tipo «five

¹⁵ José Patrício, *Angola-EUA. Os Caminhos do Bom Senso*, Publicações Dom Quixote, Lisboa, 1998, 272 páginas.

¹⁶ Inge Tvedten, *Angola. Struggle for Peace and Reconstruction*, Westview Press, Boulder, Londres, 1997, x + 166 páginas.

centuries of Portuguese colonial rule, which drained Angola's resources through slavery and exploitation». Uma propaganda ridícula e monstruosa que trai a dupla incapacidade da maioria dos portugueses das colónias e dos angolanos do MPLA para admitirem que a base inicial (*grosso modo*, o vale do Cuanza até Pungo Andongo) não era senão uma pequena parte do território angolano actual. «Cinco» séculos de exploração ou de colonização do Sul de Angola? Vão perguntar ao rei Mandume, aos Quiocos, a João de Almeida e a Norton de Matos, entre outros. Mas, se se fechar os olhos às fragilidades da parte histórica, aos «mais de 2000 portugueses» mortos em 1961 (p. 31) e a outros pormenores contestáveis, o valor do livro reside nos capítulos consagrados à ideologia e à prática política depois da independência e, sobretudo, à sociedade e à cultura. Há inúmeras observações — justificadas — que farão as hierarquias do MPLA e da UNITA rangerem os dentes. A bibliografia reflecte a pobreza das bibliotecas escandinavas no que se refere a outras obras, além do inglês, quando se trata do Terceiro Mundo. É a recusa sistemática a acreditar que ainda podem dizer-se coisas originais sem se ter, obrigatoriamente, de recorrer ao inglês. Estes periféricos nórdicos da galáxia imperial chegam até a ser mais papistas do que o papa. Esterilizam, assim, felizes e contentes, as suas investigações futuras. Colonizam-se intelectualmente, voluntariamente, e parecem sentir-se orgulhosos de serem os parentes pobres dos editores anglo-americanos. Mesmo assim, Tveden recorreu a algumas fontes em português. Para tudo há uma primeira vez. Em suma, um pequeno resumo destinado a umas poucas dezenas de milhares de estudantes que não irão à procura noutra sítio. O que, por eles, é uma pena.

Posicionado muito mais à esquerda, o contributo do activista americano William Minter em *Subsaharan Africa in the 1990s*¹⁷ diz-nos quais são as lições a retirar das eleições angolanas de 1992 e do reacender da guerra. Inimigo declarado da UNITA e firme apoiante do regime, preconiza um reforço da posição de endurecimento dos Estados Unidos relativamente a Jonas Savimbi, através das Nações Unidas, e uma transição democrática no país. Tudo isto foi posto em prática, parcialmente. E a que se assiste desde então? Os restantes capítulos tratam da África anglófona, das mulheres, da ecologia, etc., tudo aquilo que faz vender um livro às bibliotecas ávidas deste género de aglomerados onde se encontra um pouco de tudo.

Completamente diferente é uma outra obra, muito especializada e inovadora. Trata-se de ver como é que os exércitos de dois países, os Estados Unidos no Iraque e a África do Sul no Sul de Angola, procuraram aplicar as directivas políticas que recebiam para esmagarem um inimigo de peso, man-

¹⁷ Rukhsana A. Siddiqui (coord.), *Subsaharan Africa in the 1990s. Challenges to Democracy and Development*, Praeger, Westport e Londres, 1997, xiv + 221 páginas.

tendo-se mais ou menos fiéis aos princípios ensinados nas escolas de guerra desde Jomini e Clausewitz. Em relação aos Sul-Africanos no Sul de Angola, os autores detêm-se aprofundadamente nos pormenores: processos de tomada de decisão, doutrina, organização e composição das forças, actores principais, conhecimento dos adversários (angolanos, soviéticos, cubanos, SWAPO, ANC), principais operações a partir de 1987, fases das discussões políticas, análise dos desvios entre a operacionalidade dos meios e a importância dos objectivos, erros cometidos, etc. Os factos já foram expostos na literatura publicada na África do Sul, mas nunca os tínhamos visto serem publicamente confrontados com os ensinamentos da alta estratégia. Quase se trata de um curso para oficiais superiores. Conclusão dos autores: os Sul-Africanos, do ponto de vista estritamente militar, não obtiveram resultados satisfatórios, mas o impasse no terreno desembocou numa solução política que modificou radicalmente a situação na África austral, enquanto no Golfo os Estados Unidos alcançaram a vitória no terreno, mas a paz no Médio Oriente continua sem se enxergar. E será que em Angola se enxerga realmente dez anos volvidos? Elaborado a partir de inquéritos dirigidos aos Sul-Africanos, este *War as an Instrument of Policy*¹⁸ é importante para os estudos angolanistas militares.

Mais modesto, porque destinado a um grande público apreciador de revelações, *Les ailes de la CIA*¹⁹, de Frédéric Lert, contém, no entanto, uma dezena de páginas em que conta como os Portugueses arranjaram aviões B-26 em 1965 e refere o apoio aéreo da CIA à FNLA e à UNITA a partir de 1975, depois — indirectamente — ao MPLA e, em seguida, de novo à UNITA (sob o governo de Reagan). O autor não se considera um especialista dos assuntos angolanos, o que se torna rapidamente visível, mas faz um resumo útil do que existe avulso nos livros sobre estes episódios político-aéreos mais ou menos clandestinos.

De carácter mais acessório para os luso-africanistas, *Die DDR im südlichen Afrika*²⁰, de Ilona e Hans-Georg Schleicher, examina em pormenor as modalidades da ajuda prestada pela Alemanha de Leste aos movimentos de libertação da África do Sul (ANC e PC sul-africano), do Zimbabwe (sobretudo a ZAPU) e da Namíbia (SWAPO) ao longo de trinta anos. Como uma parte destes grupos, então mais ou menos marxistas, tinham a sua base em Angola

¹⁸ David V. Nowlin e Ronald J. Stupak, *War as an Instrument of Policy. Past, Present and Future*, University Press of America, Lanham (Maryland) e Oxford, 1998, xxiii + 219 páginas.

¹⁹ Frédéric Lert, *Les ailes de la CIA*, Histoire & Collections, Paris (5 av. de la République, 75541 Paris, Cedex 11), 1998, 512 páginas, colecção «Actions Spéciales».

²⁰ Ilona Schleicher e Hans-Georg Schleicher, *Die DDR im südlichen Afrika. Solidarität und Kalter Krieg*, Institut für Afrika-Kunde (Neuer Jungfernstieg 21, 20354 Hamburg), 1997, viii + 293 páginas, colecção «Arbeiten aus dem Institut für Afrika-Kunde», vol. 97.

e os dois autores eram altos funcionários diplomáticos da República Democrática Alemã na região, responsáveis pela coordenação da ajuda fornecida por Berlim-Leste, o leitor encontrará aqui um conjunto de dados — impossível de encontrar noutra sítio — sobre a implantação, anos a fio, de médicos, professores, etc., nos campos de refugiados (sobretudo da SWAPO) no Centro e no Sul de Angola, sobre a ponte aérea Luanda-Lusaca (Maio de 1979), sobre a visita de Honecker a Moçambique e mais dez episódios respeitantes às relações desta parte da Alemanha com os «combatentes pela liberdade» concentrados nas repúblicas «populares» lusófonas. Talvez os autores, agora cidadãos da República Federal, pudessem dar à estampa um outro livro sobre a ajuda militar e económica concedida a Angola e a Moçambique, ainda que já tenham consagrado inúmeras páginas a este tema noutras publicações. É sobre estes textos «acessórios» que se edificam as grandes colecções angolanas e moçambicanistas.

Saltemos agora para Moçambique, com um romance para raparigas escrito por uma americana da fronteira Arizona-México que trabalhou e viajou pelo país durante os primeiros anos da independência, no tempo em que a Frelimo queria suprimir usos e costumes (entre os quais o dote). Ela oferece-nos aqui uma centena de páginas originais sobre a vida de uma adolescente *chona* que vive numa aldeia perto do lago artificial criado pela barragem de Cabora Bassa. Nancy Farmer²¹ proporciona-nos, com *A Girl Named Disaster*, uma visão muito exacta dos costumes *chona* e do que resta (quase nada: um negociante português e a mulher, africana) da presença europeia neste canto remoto da província de Tete. Para escapar a um casamento imposto, a jovem decide fugir (1981) sozinha, subindo o Zambeze. É inegável que Farmer conhece bem o país e as suas gentes, e interrogamo-nos se os seus outros três romances terão que ver com Moçambique, mesmo que apenas em parte.

Totalmente diferente e de leitura muito mais difícil é José P. Castiano, pedagogo, nascido na Beira, que fez um doutoramento em Hamburgo em 1997. *Das Bildungssystem in Mosambik*²² é o título da sua tese, que nos parece ser o que existe de mais pormenorizado sobre os esforços da Frelimo para estender o sistema educativo a todo o país. O autor não esconde os problemas nem os reveses, devidos, em sua opinião, à tensão existente entre um ensino centralizado — herança portuguesa e marxista — e os particularismos regionais. Sem esquecer, claro, a falta de meios e de pessoal competente. Para não falar da guerra civil.

²¹ Nancy Farmer, *A Girl Named Disaster*, Orion Publishing Group, Londres, 1998, iv + 285 páginas.

²² José P. Castiano, *Das Bildungssystem in Mosambik (1974-1996): Entwicklung, Probleme und Konsequenzen*, Institut für Afrika-Kunde, 1997, 302 páginas, colecção «Hamburger Beiträge zur Afrika-Kunde», vol. 55.

A propósito, falemos da guerra com uma antropóloga americana que nos traz um livro tão pujante como violento. Trata-se de uma especialista dos conflitos que afectam o Sri Lanka... e Moçambique, que percorreu a passos largos de 1988 a 1996, durante as poucas semanas ou meses que durou cada viagem. Mesmo que se eliminem as páginas numerosas em que põe teóricos da etnologia das zonas de guerra a intervir, ou se interroga sobre o papel dos estrangeiros nas sociedades em crise, ou se dirige a colegas etnólogos, ainda fica, em Carolyn Nordstrom, *A Different Kind of War Story*²³, uma boa centena de páginas sobre a vida dos civis apanhados entre dois fogos, os soldados e os «guerrilheiros», os ladrões e os bandidos, os feiticeiros e as crianças, os deslocados, os colaboradores, as aptidões para esquecer o ódio e para reconstruir o país. Sem nunca hesitar em entrar em cena ou em introduzir poemas, esta mulher desinquieta mostra-nos que, se é verdade que a violência se aprende depressa — e em África mais depressa do que em qualquer outro sítio, em nossa opinião —, os Moçambicanos provaram que podiam experimentar fazê-la desaparecer com igual rapidez. Ela insiste no papel dos espíritos e dos curandeiros nos dois processos. Por vezes, o texto torna-se demasiado demonstrativo e escolar para aqueles que são alérgicos aos conceitos de «grandes mestres», cuja notoriedade é estritamente académica. Mas, entre as cerca de duas dezenas de livros de testemunhos ou de análises já publicados sobre a guerra civil em Moçambique (em seis línguas, entre as quais o português é raro), o facto de este figurar entre os mais técnicos não impede que também seja dos mais profundos. Interessante é a comparação que estabelece com Angola, onde a autora comprova que o ódio e o medo interétnicos, o espírito de vingança e a agressividade política continuam a imperar, instigados pelos militares e os seus patrões actuais.

E isto conduz-nos a um livro ainda mais especializado, onde uma jurista dinamarquesa se interroga sobre os direitos do homem em Moçambique, entre outros países. Tratando-se de um estudo comparativo reservado aos constitucionalistas e aos criminologistas, bem como a mais alguns admiradores de Témis, reconhecemos a nossa incapacidade para fazermos outra coisa que não seja dizermos que o livro existe e que deverá interessar aos filósofos e, talvez, aos políticos (que tenham tempo para dedicar à leitura). O livro de Lone Lindholt²⁴ tornaria, por comparação, divertida e recreativa a mais árida das nossas obras de história luso-africana. Tudo em bibliografia é relativo. E não só em bibliografia, aliás.

²³ Carolyn Nordstrom, *A Different Kind of War Story*, University of Pennsylvania Press, Baltimore e Filadélfia (Europa: AUPG, 1 Gower St. London WC1 6HA), 1997, xviii + 254 páginas.

²⁴ Lone Lindholt, *Questioning the Universality of Human Rights. The African Charter on Human and Peoples' Rights in Botswana, Malawi and Mozambique*, Ashgate & Dartmouth, Aldershot (Hants GU 11 3HR Inglaterra), 1997, xii + 307 páginas.

Mozambique, de Richard Syngé²⁵, pertence a uma subcategoria entre os textos suscitados pelos conflitos, aquela em que se mostra como a ONU desempenha as tarefas de que é incumbida para restaurar a paz num dado país. O autor, um antigo jornalista que foi, ele próprio, consultor das Nações Unidas — o que não é incompatível —, descreve ao pormenor o que se passou entre 1992 e 1994. O «espírito de Roma», o lançamento da ONUMOZ (apesar do peso e da ineficácia lendários da máquina da ONU), o papel das potências — entre as quais a Itália, que fornecerá mais de 1000 soldados e fará um jogo que mereceria, por si só, ser objecto de um estudo —, a valsa hesitante e não desinteressada da Renamo, a concentração e a desmobilização das tropas, o problema das minas e da ajuda humanitária, o êxito das eleições e a transformação da Renamo, que de «instrumento de destruição passa a organização política credível» (p. 148), outros dez assuntos estão bastante bem documentados (inclusive os actos de pedofilia de certos soldados italianos e uruguaios). O todo está redigido com desenvoltura e humor, mas sem sensacionalismo. Numa palavra, é o livro que não se pode deixar de conhecer para saber como é que Moçambique, exaurido, saiu de uma crise cujo milhão de mortos torna bem leves as perdas registadas durante o período em que o exército português procurava conter a maré do rei Knut. Aguardam-se agora as memórias ou os romances que esta experiência de internacionalização suscitaria em alguns participantes exóticos. Por exemplo, um hipotético *Mission in Mueda*, de um autor do Bangladesh, ou *Recuerdos de Inhambane en 1994*, que seriam publicados em Montevideo nos anos 2020. A luta não pára na frente bibliográfica e é isso que desespera os bibliotecários e deixa os historiadores eufóricos.

Terminemos, naturalmente, com Timor, que — e estamos bem colocados para o sabermos — sempre teve uma história de violência quando forças vindas do exterior procuraram dominar os seus habitantes (pelo menos os da parte oriental). Não iremos aqui falar, claro, do nosso *Timor en guerre*²⁶, mas sim de dois outros títulos que — o que também não acontece por acaso — falam ambos de guerra. O mais comovente é, indiscutivelmente, o de José Duarte Santa, cujas memórias constituem um documento essencial para julgar os acontecimentos dramáticos vividos por Timor entre 1941 e 1945. Os leitores conhecem, provavelmente por alto, os factos, mas a mão-cheia de testemunhos e de relatórios já publicados em português não fornecem este relato ofegante, quase do dia a dia, das humilhações sofridas pelos Portugueses, impotentes perante os Holandeses e os Australianos, que desembarcam, violando a sua neutralidade (17 de Dezembro de 1941), e a que se seguem

²⁵ Richard Syngé, *Mozambique. UN Peacekeeping in Action, 1992-94*, United States Institute of Peace (1550 M Street NW, Washington, DC 20005), 1997, xxi + 224 páginas.

²⁶ René Pélissier, *Timor en guerre. Le crocodile et les Portugais (1847-1913)*, Éditions Pélissier, 78630 Orgeval, France, 1996, 368 páginas.

os Japoneses (21 de Fevereiro de 1942), que ali permanecerão até 1945. O autor²⁷, um jovem funcionário na altura, tendo ali nascido, tem uma percepção arguta das tensões que agitam, de um lado, a comunidade europeia (e assimilada) e, do outro, as sociedades autóctones, nem todas em harmonia com a colonização portuguesa. O que ele diz — infelizmente de forma muito breve — acerca da «revolta indígena» de 1942 permanece muito mais obscuro do que as actividades de guerrilha dos Australianos contra os Japoneses, um episódio que o tempo tornou romântico para o público australiano. O livro não está particularmente bem construído e salta, com frequência, de uma ponta para a outra da ilha. O que é nítido é que uma parte dos timorenses persegue os Portugueses, com ou sem o acordo das tropas japonesas, cada vez mais senhoras da vida e da morte dos brancos que não partiram com os Australianos. O livro inclui ainda a narrativa de cativo (1944-1945) do autor e de outros três portugueses na ilha de Alor, às mãos dos Japoneses. Ironia da história, esta ilha, situada a norte de Timor, era reivindicada por Lisboa até que a crise financeira da administração em Díli, em meados do século XIX, obriga o governador Lopes de Lima a trocá-la com os Holandeses — a vendê-la, dirão os «patriotas» — pelo enclave de Maubara. *Sic transit...*

Muito mais «clássico» e na linha da bibliografia timorense surgida a partir de 1975, *East Timor: Occupation and Resistance*²⁸, organizado por Torben Retbøll, é o produto típico de uma organização não governamental que denuncia a ocupação indonésia e os seus métodos, que esta ilha conhece particularmente bem. O objectivo é a luta política e não fazer avançar a ciência. Daí que se encontrem os temas habituais: visitas *in loco* efectuadas por activistas da causa; os assassínios de Balibó; o massacre de Santa Cruz; os discursos dos dois Prémios Nobel da Paz; a saúde e os hospitais (e os orfanatos); o papel da Igreja católica; as mulheres; o ambiente; o movimento de resistência armada; o contexto internacional; a acção diplomática de Portugal; as Nações Unidas. Uma bibliografia final, contendo títulos que os editores militantes por vezes se recusam a divulgar junto da imprensa, encerra a obra. No seu género (sensibilização e mobilização da opinião pública), é eficaz, além de ilustrado por fotos raras de excelente qualidade. O que pedir de melhor para um país que vai, provavelmente, aceder à independência sem poder conhecer o seu passado ou sequer as componentes da sua identidade? A propaganda repetitiva nunca substituirá o rigor e a investigação profunda.

Mas o nosso texto já vai demasiado longo para que aqui possamos explicar como é que das nuvens nascem as tempestades.

²⁷ José Duarte Santa, *Australianos e Japoneses em Timor na II Guerra Mundial, 1941-1945*, Notícias Editorial, Lisboa, 1997, 302 páginas.

²⁸ Torben Retbøll, *East Timor: Occupation and Resistance*, IWGIA (Fiolstraede 10, DK-1171 Copenhagen K, Danemark), 1998, 286 páginas.